

MANIFESTO

# 26 teses para o ECOSOCIALISMO

MARÇO 2021



o  
planeta  
em  
comun

Parti de  
**Gauche**

## Preâmbulo

Este documento, *Manifesto das Conferências para o Ecosocialismo*, está de acordo com o Manifesto Internacional do Ecosocialismo emitido em 2002 e com a Declaração Ecosocialista de Belém de 2009, para abrir o caminho para um novo projeto político. Tem sido amplamente debatido e atualizado durante as Conferências para o ecosocialismo (“Assises pour l’écossocialisme”) organizado pelo Partido da Esquerda em 2012 e novamente em 2020-2021.

Desde então, o Manifesto foi traduzido para o inglês, português, espanhol, italiano, japonês, alemão, grego, holandês, russo, sueco, polonês, árabe, coreano e turco. Tem sido apresentado em diversos países em eventos internacionais e tem sido o tema de Conferências descentralizadas na França. Sessões temáticas sobre o mar, a agricultura, a floresta e a indústria nos permitiram desenvolver ainda mais sua aplicação prática. Finalmente, ele inspirou o programa “l’Avenir en commun” (O Futuro em Comum), que foi apresentado nas eleições presidenciais pelo movimento France Insoumise, que recebeu quase 20% dos votos.

Em um mundo que está perdendo suas referências, ele é um guia único direcionado a organizações e indivíduos, na França ou internacionalmente, que se reconheçam no ecosocialismo, um projeto global projetado para responder à emergência climática, bem como ao imperativo da justiça social, no contexto das novas degradações brutais que estamos vivenciando no nível democrático.

Cada uma destas teses representa uma posição que tem como intuito acompanhar a evolução mais abrangente da temática. Este novo manifesto inclui agora 26 teses e continuará a ser enriquecido gradualmente.

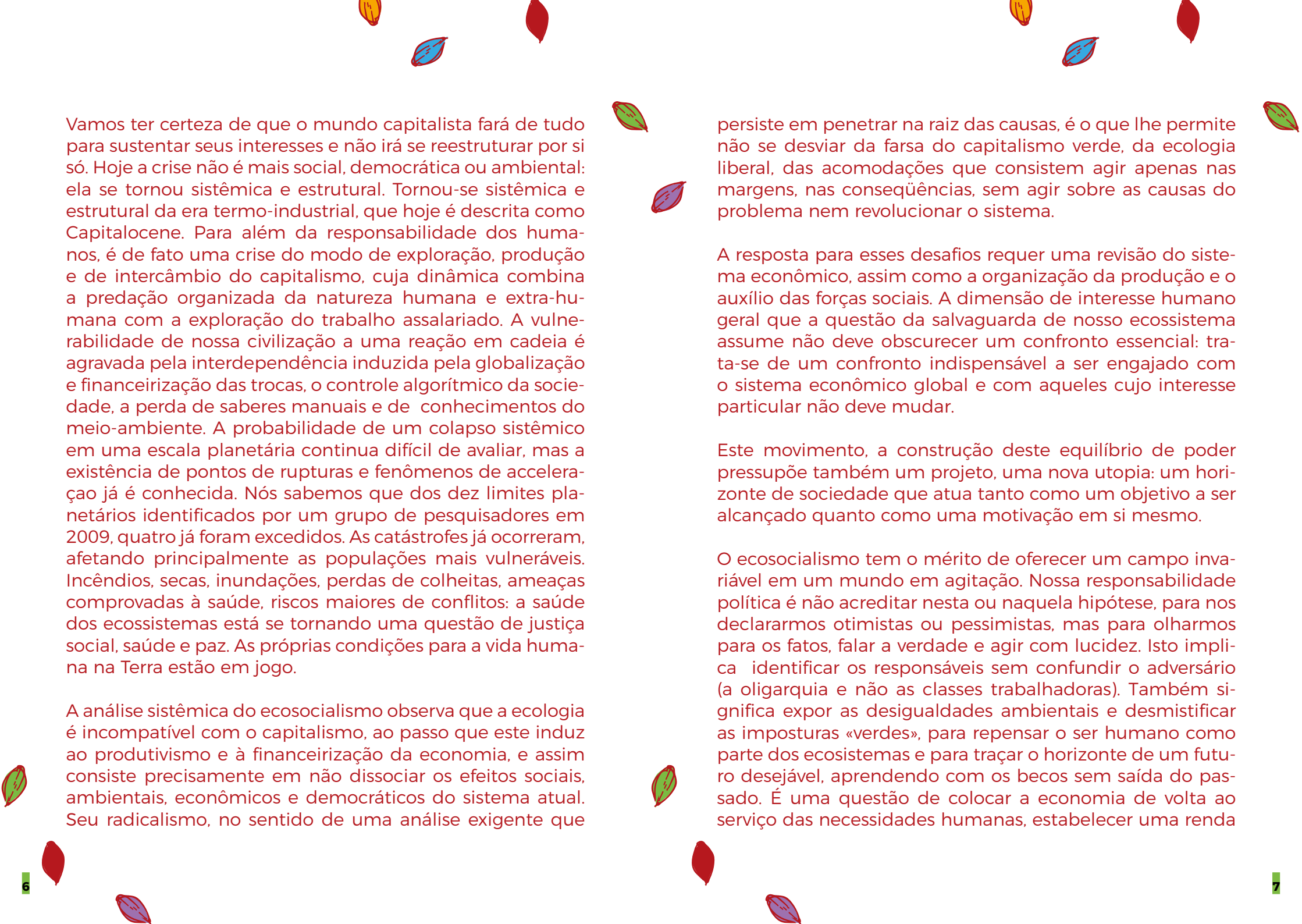
<b>i. O que é ecosocialismo ?</b>	<b>P.9</b>
1. Uma alternativa concreta e radical.	P.10
2. Um paradigma de interesse geral.	P.11
3. O feminismo como ponto de partida.	P.12
4. Uma nova relação com o mundo vivo.	P.13
5. Uma nova síntese política à esquerda	P.14
6. O renascimento do socialismo e do coletivismo	P.15
<b>ii. Rompendo com os bloqueios ideológicos</b>	<b>P.16</b>
7. A mentira do capitalismo verde, os riscos do ambientalismo.	P.17
8. A falência social-democrata.	P.18
9. A batalha ideológica e cultural é indispensável.	P.18
<b>iii. Enfrentando os desafios contemporâneos</b>	<b>P.20</b>
10. Água, um bem comum indispensável para a vida e o interesse geral.	P.21
11. Questões digitais, questões democráticas, questões ecológicas.	P.22
12. O poder das finanças e a arma da dívida.	P.23
<b>IV. Estabelecendo uma nova economia política respeitando a humanidade e o ecossistema humano</b>	<b>P.25</b>
13. Colocando a economia a serviço das necessidades.	P.26
14. Rompendo com o pensamento tradicional.	P.27
15. Produzindo de forma diferente	P.27
16. Implementar a regra verde.	P.28
17. Pensar e organizar a bifurcação.	P.29
<b>V. Construindo a revolução ecosocialista</b>	<b>P.31</b>
18. As lutas devem convergir	P.32
19. Soberania popular, da Comuna para o Estado.	P.33
20. Lutar e resistir para inventar.	P.34
21. Rumo a uma sociedade de ajuda mútua, autogestão e compartilhamento de bens comuns.	P.35
22. Implementar o planejamento ecológico.	P.36
23. Não há igualdade e república social possíveis sem uma Assembleia Constituinte!	P.38
24. Quebrar o cadeado dos tratados liberais.	P.39
25. Uma luta internacionalista e universalista	P.40
26. Liderando a revolução cidadã para o ecosocialismo.	P.42

# Editorial

## Ecosocialismo, uma indispensável alternativa contemporânea

Em uma época em que anos de negação climática parecem ter dado lugar a uma distopia, cabe a nós olhar para olhar a situação com responsabilidade e lucidez. O aprofundamento das desigualdades sociais, a ascensão do fascismo no cenário internacional, as mudanças climáticas, a extinção da biodiversidade e as crises sanitárias a serem enfrentadas são sinais alarmantes. Cientistas estão nos aconselhando a rever a organização dos nossos sistemas de produção, a questionar a própria necessidade de tal produção tendo em vista a destruição que ela causa, e a rever nossa relação com os ecossistemas e o mundo vivo de um ponto de vista filosófico. E isto, de forma urgente.

Já perdemos cinquenta anos preciosos desde que os riscos se tornaram conhecidos, devido à negligência de sucessivos governos do planeta, ignorantes, irresponsáveis, ou subservientes a lobbies para os quais apenas a busca de lucros conta.



Vamos ter certeza de que o mundo capitalista fará de tudo para sustentar seus interesses e não irá se reestruturar por si só. Hoje a crise não é mais social, democrática ou ambiental: ela se tornou sistêmica e estrutural. Tornou-se sistêmica e estrutural da era termo-industrial, que hoje é descrita como Capitalocene. Para além da responsabilidade dos humanos, é de fato uma crise do modo de exploração, produção e de intercâmbio do capitalismo, cuja dinâmica combina a predação organizada da natureza humana e extra-humana com a exploração do trabalho assalariado. A vulnerabilidade de nossa civilização a uma reação em cadeia é agravada pela interdependência induzida pela globalização e financeirização das trocas, o controle algorítmico da sociedade, a perda de saberes manuais e de conhecimentos do meio-ambiente. A probabilidade de um colapso sistêmico em uma escala planetária continua difícil de avaliar, mas a existência de pontos de rupturas e fenômenos de aceleração já é conhecida. Nós sabemos que dos dez limites planetários identificados por um grupo de pesquisadores em 2009, quatro já foram excedidos. As catástrofes já ocorreram, afetando principalmente as populações mais vulneráveis. Incêndios, secas, inundações, perdas de colheitas, ameaças comprovadas à saúde, riscos maiores de conflitos: a saúde dos ecossistemas está se tornando uma questão de justiça social, saúde e paz. As próprias condições para a vida humana na Terra estão em jogo.


A análise sistêmica do ecosocialismo observa que a ecologia é incompatível com o capitalismo, ao passo que este induz ao produtivismo e à financeirização da economia, e assim consiste precisamente em não dissociar os efeitos sociais, ambientais, econômicos e democráticos do sistema atual. Seu radicalismo, no sentido de uma análise exigente que

persiste em penetrar na raiz das causas, é o que lhe permite não se desviar da farsa do capitalismo verde, da ecologia liberal, das acomodações que consistem agir apenas nas margens, nas conseqüências, sem agir sobre as causas do problema nem revolucionar o sistema.

A resposta para esses desafios requer uma revisão do sistema econômico, assim como a organização da produção e o auxílio das forças sociais. A dimensão de interesse humano geral que a questão da salvaguarda de nosso ecossistema assume não deve obscurecer um confronto essencial: trata-se de um confronto indispensável a ser engajado com o sistema econômico global e com aqueles cujo interesse particular não deve mudar.

Este movimento, a construção deste equilíbrio de poder pressupõe também um projeto, uma nova utopia: um horizonte de sociedade que atua tanto como um objetivo a ser alcançado quanto como uma motivação em si mesmo.

O ecosocialismo tem o mérito de oferecer um campo invariável em um mundo em agitação. Nossa responsabilidade política é não acreditar nesta ou naquela hipótese, para nos declararmos otimistas ou pessimistas, mas para olharmos para os fatos, falar a verdade e agir com lucidez. Isto implica identificar os responsáveis sem confundir o adversário (a oligarquia e não as classes trabalhadoras). Também significa expor as desigualdades ambientais e desmistificar as imposturas «verdes», para repensar o ser humano como parte dos ecossistemas e para traçar o horizonte de um futuro desejável, aprendendo com os becos sem saída do passado. É uma questão de colocar a economia de volta ao serviço das necessidades humanas, estabelecer uma renda



máxima autorizada, introduzindo a regra verde, questionar o mito do crescimento, e reduzir nosso consumo de energia, desenvolver produção local, desenvolver a soberania alimentar, bem como de revisitar nossa relação com os seres vivos, com espécies selvagens ou domesticadas.

Sem esquecer a batalha ideológica e cultural, as lutas e resistências ou solidariedade internacional, o ecosocialismo ajuda a desenhar os contornos de um mundo que é mais justo, mais harmonioso e, em última análise, mais resistente aos choques que já começaram.

Este é o projeto político que o Manifesto para o ecosocialismo descrito de forma condensada nestas vinte e seis teses, como um guia comum para salvar cada décimo grau, cada pedaço de biodiversidade ameaçada, e para amortecer os danos sociais e biofísicos dos desastres já em andamento; é também uma ferramenta preciosa para nos ajudar a pensar e preparar o mundo que que desejamos ver surgir.

É hoje que as conseqüências estão sendo construídas, é aqui e agora que devemos plantar as sementes para o futuro. Aconteça o que acontecer, todas as forças lançadas no caminho do ecosocialismo terão espalhado os alicerces de um mundo reinventado, uma nova ordem imaginária e novas narrativas coletivas, uma organização social e um cosmogno atraente, capaz de transformar a sociedade.

A Secretaria Executiva Nacional do Partido da Esquerda



# I - O que é ecosocialismo ?

ECOSOCIALISMO

## I. O que é ecosocialismo ?

**1. Uma alternativa concreta e radical.** Trata-se da resposta humana fundamentada no impasse de que a humanidade está agora presa por causa dos modos de produção, troca e consumo de nosso tempo que esgotam tanto o ser humano quanto o tecido da vida. Requer pensamento e ação política radical no sentido de que deve ir até a raiz das causas. Agora, os métodos de predação dos recursos naturais e humanos estabelecidos pelo capitalismo são as causas da degradação do tecido da vida: não é a humanidade, indiscriminadamente, o que marca a Terra, são as relações sociais de produção historicamente constituída no quadro capitalista. A nova era geológica na qual nosso planeta entrou é o Capitaloceno. O capitalismo impõe a mercantilização para fazer de tudo uma nova fonte de dividendos. É, portanto, responsável pelo agravamento das desigualdades sociais e pelo advento da globalização liberal e liberticida no trabalho, onde reina a degradação social e ambiental, com a deslocalização da poluição e a alteração do ecossistema. Necessariamente produtivista, o capitalismo esgota os recursos naturais e perturba o clima. A ideologia consumista é seu corolário. Eleva a acumulação material ao nível da lei, utilizando a propaganda para gerar necessidades que nunca são satisfeitas.

Apontamos os verdadeiros culpados deste sistema: a oligarquia financeira globalizada, os governos submetidos aos interesses das empresas multinacionais sem controle democrático, os ideólogos de concorrência «livre e sem distorções», do capitalismo verde e do livre comércio. Frente a eles, o ecosocialismo é um alternativa para sair da crise e impor o interesse geral humano : compartilhar a riqueza sem demora, fundando uma nova economia das necessidades e da sobriedade, preservando o clima, o ecossistema e sua biodiversidade.

**2. Um paradigma de interesse geral.** O ser humano é uma parte integrante do ecossistema em que vive. Eles são indissociáveis. Existe apenas uma biosfera, um ecossistema global compatível com a vida humana.

Portanto, somos todos parecidos com relação a nossa dependência do ecossistema. Esta verdade aplica-se a todos nós, apesar de nossas diferenças de todos os tipos. Existe, portanto, um interesse humano geral que está ligado ao de outras espécies vivas: preservar o ecossistema que torna a vida humana possível.

Requer um repensar radical sobre a nossa relação com a vida vegetal e animal. De que outra forma podemos identificá-lo, se não por livre deliberação coletiva? Como isso pode ser livre se um domina os outros, se verdades reveladas forem impostas de antemão? O paradigma ecologista, portanto, exige democracia, igualdade social, secularismo e feminismo. Estas são condições indispensáveis para que o debate cidadão possa ter lugar sem a intrusão de forças oligárquicas, dogmáticas ou patriarcais. Finalmente, para determinar os caminhos a seguir para preservar o interesse humano geral, cada um de nós é chamado a dizer não o que é bom para si mesmo, mas o que é bom para todos. Isto estabelece a universalidade dos direitos humanos, cidadania como um dever e a República como uma necessidade. Este é o vínculo fundamentado entre a ecologia política e a República social universal. É esta teoria política global que nós chamamos de ecosocialismo. Trata-se de um humanismo e de um universalismo socialista e concreto.

**3. O feminismo como ponto de partida.** A luta feminista denuncia o domínio e a opressão patriarcais e exige a emancipação da mulher. As mulheres representam mais da metade da humanidade; o feminismo é, portanto, uma luta de interesse geral. As mulheres devem ter os mesmos direitos que os homens, começando com o direito de controlar seus próprios corpos. As violências sexistas e sexuais as quais as mulheres são vítimas estão presente em todas as áreas da sociedade. As mulheres têm de enfrentar um omerita devido a um sexismo estrutural que devemos combater. O patriarcado impõe a dominação masculina em toda a organização social. Isso se manifesta em representações ideológicas que impõem às mulheres uma «natureza» rebaixada, e ao homem associa-se a cultura, sociedade e racionalidade, fator alimentado por estruturas econômicas e sociais. Historicamente, o desenvolvimento do capitalismo resultou em uma regressão dos cargos ocupados por mulheres e um fortalecimento do patriarcado, que se tornou seu braço direito. O trabalho para a reprodução da própria força de trabalho (incluindo todas as tarefas de alimentação e higiene, o cuidado com as crianças e com os idosos...), que foi relegada para a esfera doméstica e não remunerado, foi atribuído às mulheres. As desigualdades salariais entre mulheres e homens persistem apesar das leis, e permanecem profundamente ligadas às desigualdades no horário de trabalho e nas carreiras, como consequência da divisão desigual dessas tarefas reprodutivas. Assim, as lutas feministas fazem parte da luta de classes, sem se reduzirem a ela. Ao exigirem o fim do patriarcado, elas defendem uma revolução das relações da produção e a divisão social e de gênero do trabalho.

Elas incentivam demandas tais como a redução do horário de trabalho e o desenvolvimento dos bens comuns. Essas lutas assumem uma dimensão socialista. No mundo todo, as lutas ecológicas para a proteção dos recursos e a defesa do meio ambiente, contra a privatização de terras e dos

viveres, são lideradas por mulheres. Elas estão se tornando um ponto de resistência aos ataques do neoliberalismo e contra toda a esfera da «reprodução» (da proteção social aos recursos naturais, e acesso a serviços e redes públicas), e potenciais alavancas revolucionárias. O internacionalismo das lutas das mulheres é, nesse aspecto, de fundamental importância: as experiências sem precedentes das mulheres curdas sírias em Rojava (nordeste da Síria), mas também na Índia, Espanha e Argentina são fortes símbolos do papel feminino nas revoluções. É por isso que, numa perspectiva ecosocialista e como parte da estratégia da revolução cidadã, o feminismo é tanto um objetivo quanto um ponto de partida.

**4. Uma nova relação com o mundo vivo.** A pandemia do Covid-19 mostra como as espécies constroem seus ambientes e como os ambientes modificam as espécies. O que costumava ser «social» versus «natural» torna-se indistinguível.

Uma organização social exerce pressão sobre a biodiversidade, o que torna propício a propagação de um novo vírus, e este último desorganiza a sociedade com base em sistemas específicos de intercâmbio e organização sanitária. Meio ambiente e sociedade são co-produzidos.

A noção de «tecido da vida» permite romper com a narrativa de natureza fixa, separada da sociedade, que constitui a base ideológica da predação exercida pelo capitalismo. Isso faz do mundo extra-humano um recurso material livremente explorável a um custo muito baixo. O abuso e a superexploração de animais, o patenteamento da vida e dos conhecimentos dos povos indígenas serve à mercantilização. O conceito de «compensação» acarreta em um processo de financeirização da biodiversidade. As escolhas técnicas na agricultura copiam as da indústria.

No entanto, a centralidade das relações tem surgido nas ciências. O conceito de ecossistema insere a espécie humana no tecido do mundo vivo: a ecologia científica e a história ambiental mostram mudanças na natureza histórica, entre evolução e fatores ambientais; a etologia desafia a descrição da humanidade como o único proprietária das capacidades e comportamentos que são muito mais amplamente compartilhados: a microbiota humana faz de todos um mundo de mundos, vivendo graças a simbioses. A conscientização da causa animal tem crescido nas últimas décadas, permitindo também uma reflexão sobre a articulação entre todas as formas de dominação instituída pelo capitalismo. Capitalismo tem co-produzido o atual estado degradado do tecido da vida, trazendo o planeta Terra para o Capitaloceno. O ecosocialismo tem como objetivo uma reformulação radicalmente diferente da relação entre a humanidade e o tecido da vida, concedendo um valor não mercantil, nem alienável nem permutável, para a preservação de biodiversidade, abrindo espaço para o bem-estar animal, e escolhendo técnicas que se baseiem no «fazer com» e na cooperação.

**5. Uma nova síntese política à esquerda.** Eco-socialismo é um novo projeto político que apoia a síntese de uma ecologia necessariamente anti-capitalista e de um socialismo livre da lógica do produtivismo. Assim, permite que as principais correntes de esquerda se reúnam em um novo paradigma político. Precisamos deste projeto de sociedade como uma alternativa ao capitalismo. Ele traça uma linha na luta por uma sociedade de emancipação e progresso onde a destruição do meio-ambiente, a super-exploração da vida e a exploração do ser humano por si só terão desaparecido. Nosso projeto eco-socialista leva em conta as necessidades humanas e os limites do planeta, e assim repensa a utilidade social da produção, o significado da nossa relação com os vivos, nossas formas de consumir, nossas reais necessidades, o propósito de nossos produtos e a forma como os produzimos.

**6. O renascimento do socialismo e do coletivismo.** O socialismo sempre visou a emancipação da pessoa humana. Envolve a divisão da riqueza, a união de recursos em benefício do coletivo, da democratização do poder e a educação abrangente de cada mulher e cada homem. Este programa ainda é nosso, e trata-se de pensar um novo coletivismo ecológico dos bens comuns e grandes alavancas de produção, intercâmbio e alocação de recursos. Sabemos agora que a emancipação não pode ser alcançada por meio de um crescimento desenfreado: não só o ecossistema que torna possível a vida humana não permite este crescimento desenfreado, mas o dogma do crescimento infinito é o instrumento da alienação produtivista e consumista. Essa observação nos obriga a definir um novo modelo de progresso que rompa com o sistema capitalista, suas relações de produção e propriedade, e seu dogma de crescimento do PIB. Devemos repensar não apenas o sistema de produção e intercâmbio, mas também o conteúdo dos padrões de produção e consumo.

Tal abordagem envolve, portanto, toda a organização social e política. Ela nos obriga a pensar de uma nova maneira sobre o que é realmente o progresso humano, em especial suas interações com o tecido da vida. Nessas condições, propomos uma nova declaração sobre a estratégia emancipatória para o futuro da humanidade. Essa nova consciência e seu programa de ação é o ecosocialismo. Ele terá que se impor na luta de classes. Seus métodos são o radicalismo concreto, planejamento ecológico e revolução cidadã.

## II - Rompendo com os bloqueios ideológicos

### II. Rompendo com os bloqueios ideológicos

**7. A mentira do capitalismo verde, os riscos do ambientalismo.** Nossa ecologia é social, prolonga as lutas históricas da esquerda. Rejeitamos a mistificação representada por uma certa visão da ecologia que afirma ser compatível com o liberalismo. Denunciamos o «capitalismo verde», que, sob o pretexto do desenvolvimento sustentável ou do crescimento verde, oferece um novo espaço para a busca do máximo lucro, alimenta a dinâmica imperialista e a visão a curto prazo.

Rejeitamos um certo discurso ambientalista que se satisfaz em fazer os indivíduos se sentirem culpados, como se cada pessoa pesasse igualmente na crise ecológica, enquanto a pegada de carbono das pessoas mais ricas é maior, e como se todos sofressem igualmente, enquanto as desigualdades ambientais estão se tornando cada vez mais gritantes. Também rejeitamos a distinção entre «fim do mundo» e «fim do mês». Pelo contrário, trata-se de destacar a grande responsabilidade do produtivismo desenfreado, para atacar os modos de exploração, produção e consumo no âmbito do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Recusamos uma ecologia que negligencia as classes trabalhadoras, sem uma crítica séria à economia globalizada, desprovida de uma visão social e, portanto, de eficiência ambiental.

Nossa ecologia aborda as questões ambientais, vinculando-as sistematicamente a uma crítica do sistema econômico em conjunto com lutas sociais, envolvendo todos os cidadãos, porque a lógica do lucro é baseada na escravidão dos seres humanos combinada com os “recursos naturais», tornando impossível pôr um fim a um sem o outro. Nossa ecologia é a ecologia popular que será realizada com, para e através da ação coletiva. Não pode haver ecologia popular sem democracia, e não pode haver nenhuma democracia sem igualdade social.

**8. A falência social-democrata.** Nós tínhamos refutado a doutrina social-democrata pautada na ideia de que qualquer redistribuição de riqueza requer, antes de tudo, o crescimento do PIB e o aumento do consumo global de materiais. Este tem sido há muito tempo uma dupla contradição. Tal doutrina queria manter o poder do capital financeiro e assumiu que a distribuição da riqueza é organizada com base nos «frutos do crescimento». Não atacou a acumulação de riquezas já adquirida. Sabemos que a riqueza existe, e que não há necessidade de esperar para redistribuí-la. O que está em questão é a monopolização dessa riqueza através da predação do capital. Por outro lado, a doutrina citada é baseada em um modelo de expansão infinita que é um suicídio para a humanidade e para qualquer ideia de civilização. O PIB é um indicador que reflete o conjunto da produção e do consumo total de bens e serviços, o que não reflete os aspectos qualitativos da produção e consumo, e a vida digna em uma sociedade. A social-democracia fracassou; ela faliu, inclusive, porque abraçou a lógica do capitalismo e se tornou uma prisioneira total do sistema. Uma falência que causou danos consideráveis à possibilidade de uma alternativa ao sistema capitalista. É claro que é imperativo que todo ser humano possa ter acesso aos bens fundamentais: o renascimento das atividades de interesse geral é indispensável. No entanto, o crescimento econômico cego não é suscetível de responder a emergências sociais. É acima de tudo incompatível com a preservação do mundo vivo, pois ele é um fator de alteração climática e de colapso da biodiversidade. Portanto, não esperamos nem uma retomada do crescimento nem os efeitos benéficos da austeridade orçamental: não acreditamos em nenhum dos dois.

**9. A batalha ideológica e cultural é indispensável.** O projeto ecosocialista conduz a uma batalha ideológica e cultural através da escola pública, a reapropriação das artes e da cultura, através da educação popular, através da

valorização da produção cultural e do conhecimento popular. Nosso projeto quer decolonizar o imaginário fora do campo do mercado. Estamos convencidos da capacidade de pensar, agir e se emocionar. O encontro com as artes, com as ciências e com a reflexão nos permitirá tornarmos-nos cidadãos esclarecidos, exigentes, criativos e de mente aberta. Para este fim, nós defendemos o princípio da «exceção cultural», que visa preservar o campo das artes e da cultura do mercado desregulamentado. Denunciamos a formação de um dócil indivíduo-consumidor, sujeito às opiniões dos chamados especialistas e os imperativos do produtivismo, que nos fazem desejar produções nocivas e inúteis, produzidas na outra extremidade do planeta em condições de trabalho indignas e sob uma legislação ambiental fraca ou inexistente. Estamos lutando contra os testas de ferro do produtivismo que são a publicidade, com sua precissão da mercantilização dos corpos e do sexismo, da moda e da mídia, acompanhadas pelas agências de crédito, que nos condicionam e nos submetem a uma liminar permanente para compra e desperdício. Essa batalha ideológica é também uma batalha de vocabulário. Recusamos a política de oximoro e nova língua liberal: o «preço da mão-de-obra» que se torna um «custo», as contribuições sociais tornam-se «encargos», as «guardas da paz» rebatizadas como «forças de ordem», vigilância por vídeo como «proteção por vídeo», ou mesmo energia nuclear disfarçada de «limpa e com baixo teor de carbono». A educação pública, se baseada em políticas públicas fortes, não é apenas a educação do povo, mas representa uma co-educação mútua através da socialização do conhecimento e práticas. Mais do que isso, é todo um novo imaginário que temos que desenhar e compartilhar a fim de romper com a narrativa neoliberal. Além das palavras, imagens e narrativas alternativas que carregamos, isso requer um forte compromisso com profissionais da cultura.

# III - Enfrentando os desafios contemporâneos

## III. Enfrentando os desafios contemporâneos

### 10. Água, um bem comum indispensável para a vida e o interesse geral.

A água é a fonte de toda a vida na Terra. É essencial para os seres vivos. No entanto, o acesso a essa fonte de vida é desigual em termos de água potável e seu consumo. A água doce, o único recurso viável, está diminuindo, enquanto a população está aumentando junto à demanda por água. Assim, a água que pode ser utilizável sem tratamento diminui. Enquanto isso as áreas de risco hídrico (qualidade e quantidade insuficientes de água) estão aumentando, e esse fenômeno aumentará com as mudanças climáticas, apesar da essencialidade da água para o desenvolvimento e para a preservação dos ecossistemas. Atualmente, a qualidade da água está em declínio, nossas canalizações estão vazando, levando ao desperdício desse bem, e a urbanização crescente causa a impermeabilização dos solos. Está se tornando urgente agir, especialmente para parar o braço das multinacionais e a ganância dos acionistas que querem transformar a água em um bem privatizado e lucrativo. A água é uma questão política central. É urgente agir para uma gestão sustentável da água através da propriedade pública (lagos e represas) e gestão coletiva de acordo com o direito de uso (usufruto). Uma gestão coletiva, administrada por representantes estaduais, representantes eleitos, trabalhadores e usuários cidadãos requer planejamento em vários níveis, incluindo as comunidades locais. O fornecimento gratuito de quantidades essenciais de água deve ser garantido a todas as pessoas. Nenhuma espécie deve ser privada dele.

É nossa responsabilidade aprender a consumir de forma diferente, e o desperdício deve ser penalizado. As consequências desse livre acesso estarão sujeitas a um esquema de compensação nacional. Para ir mais longe, nossa República deve estar

ecologicamente consciente com a introdução de uma regra verde e a proteção da água como um bem comum.

A Terra é, até hoje, o único planeta do sistema solar capaz de abrigar a vida, e por isso recusamos qualquer mercantilização que o tornaria inacessível a todos.

**11. Questões digitais, questões democráticas, questões ecológicas.** Com mais de 34 bilhões de computadores e 4 bilhões de usuários, o mundo digital está mudando profundamente a maneira como produzimos, consumimos e tomamos decisões, assim como nossa relação com o tempo e a distância. Também está transformando a maneira como as pessoas interagem umas com as outras. Enquanto a maior parte das decisões são agora tomadas fora do campo democrático e capturadas por agentes industriais hegemônicos, a tecnologia digital é agora caracterizada por um «capitalismo de vigilância».

Os principais atores da indústria digital, especialmente os GAFAMs, prosperam na criação de serviços baseados na captura de dados pessoais e na previsão de uso. Hoje eles se apresentam como censores autocráticos da liberdade de expressão. Os escândalos que envolvem a coleta e o uso desses dados são numerosos. Os casos Snowden e Cambridge Analytica mostraram que esse capitalismo de vigilância representa uma verdadeira ameaça à democracia.

A tecnologia digital também é uma ameaça ambiental com 4% de gases de efeito estufa (GEE) e uma taxa de crescimento de 10% ao ano, superando a da aviação civil. É acompanhada por repercussões sociais: trabalho infantil na China, “uberização” do trabalho, exploração de “trabalhadores do click”.

A tecnologia digital também acarreta na exclusão de 14 milhões de franceses atingidos pelo analfabetismo digital (pes-

soas que não têm conhecimentos básicos de informática e são incapaz de usar a Internet). O poder de controle das inteligências artificiais e das empresas multinacionais que as distribuem está crescendo, e baseia-se nas massas imensuráveis de dados pessoais que os indivíduos frequentemente fornecem sem seu conhecimento. O desenvolvimento da tecnologia digital é parte da lógica do produtivismo desenfreado sobre o qual se baseia o capitalismo. Levanta questões sobre isolamento social, condições de trabalho e efeitos psicológicos sobre os tele-trabalhadores. O controle público dos dados em torno da noção de «bens comuns» e a transparência dos algoritmos são hoje as principais questões democráticas. A implantação da tecnologia digital cria relações de dominação e exploração entre países e dentro de nossas sociedades. O ecosocialismo se apresenta como uma alternativa de orientação democrática para as escolhas de direcionamento digital, priorizando vetores de emancipação e não de alienação. Ele garante a liberdade e a soberania individual e coletiva. O ecosocialismo repensa o papel do Estado diante das clivagens digitais, serviços públicos digitais e não-digitais. O ecosocialismo promove a criação de outros modelos livres e abertos, descentralizados e sustentáveis no ponto de vista social e ambiental.

## **12. O poder das finanças e a arma da dívida.**

Durante quatro décadas, a financeirização da economia, entendida como a liberalização e aceleração dos movimentos de capital a nível mundial, reforçou o poder dos acionistas na apropriação legítima da riqueza. A demanda predatória por retornos financeiros cada vez maiores tornou-se o chicote que atinge as empresas na administração de seus negócios. Entretanto, a globalização, com seu rastro de demissões, deslocamentos e danos ambientais, não é suficiente para garantir a sobrevivência da máquina de lucro. Desde a crise de 2008, a fabricação de dinheiro nos bancos centrais, o endividamento massivo, a especulação e a opacidade do merca-

do criaram uma enorme bolha financeira. A pandemia tem exacerbado esse desenvolvimento. O capitalismo financeiro perdeu todo o contato com a realidade da produção real. A financeirização do capitalismo é um fato característico do fim de longos ciclos de acumulação. A exacerbação das contradições do capitalismo abrem possibilidades para derrubá-lo. A maioria da população mundial sofrerá com a escassez regular de água potável, e o capitalismo financeirizado já quer transformar a água em um produto financeiro. O reinado das finanças e a ruptura com a lógica de financeirização da economia e dos bens públicos são imperativos. O controle dos movimentos de capital e a tributação das transações do mercado de ações são uma primeira necessidade. A gestão das empresas deve ser definanceirizada em particular através da tributação da renda financeira, abolindo as opções de ações (stock option) e a impiedosa luta contra os paraísos fiscais. Em uma lógica completamente abominável, são os bancos privados que emprestam aos Estados, e os tratados europeus proíbem o Banco Central Europeu (BCE) de comprar ou mesmo garantir a dívida pública. Tal dívida pública não é tão alta quanto alega a oligarquia. A dívida é uma arma ideológica utilizada pelas classes dirigentes para culpabilizar e reduzir os gastos públicos, o que é sinônimo de encargos para a oligarquia e perdas nas conquistas coletivas e redistribuição social para o povo. Os bancos privados assumiram serviços que são de interesse geral: depósitos, poupança e o poder de criar dinheiro. Diante disso, existem formas alternativas de financiamento, tais como a transformação de títulos de dívida em dívida perpétua, monetização da dívida, facilidades de saque a descoberto com o banco central ou uma reforma tributária para os aproveitadores da crise tributária. As dívidas ilegítimas e seus juros devem ser apagados. Um pólo bancário público a serviço do interesse geral será criada pela socialização dos bancos, permitindo o financiamento de serviços públicos e a economia real. É uma questão de sair da lógica de financiamento pelo mercado privado.

## IV. Estabelecendo uma nova economia política respeitando a humanidade e o ecossistema humano

## IV. Estabelecendo uma nova economia política respeitando a humanidade e o ecossistema humano

**13. Colocando a economia a serviço das necessidades.** Ecosocialismo é colocar a economia e o sistema produtivo a serviço das necessidades humanas. Isso se opõe à «política do lado da oferta» defendida pelos liberais. Rejeitamos a lógica do produtivismo, que consiste em produzir tudo e qualquer coisa sob quaisquer condições para vendê-la num mercado através de gastos de propaganda. Como podemos não perceber que, com o objetivo de aumentar seus lucros, o sistema nos vende produtos programados para se quebrarem e se tornarem obsoletos rapidamente? Como podemos suportar por mais tempo o desperdício crescente em nossa civilização? Como podemos fechar nossos olhos para o fato de que muito lixo é exportado para os países do Sul, em detrimento do meio-ambiente? Pelo contrário, nossas decisões coletivas devem ser guiadas pela vontade de retomar o controle sobre as condições de produção e consumo, através de lutas e decisões políticas. Essas escolhas serão guiadas por uma deliberação coletiva que define as necessidades «autênticas», sua utilidade social, seu valor de uso e os recursos a serem utilizados para satisfazer as necessidades reais, levando em conta a sobriedade necessária no uso dos recursos.

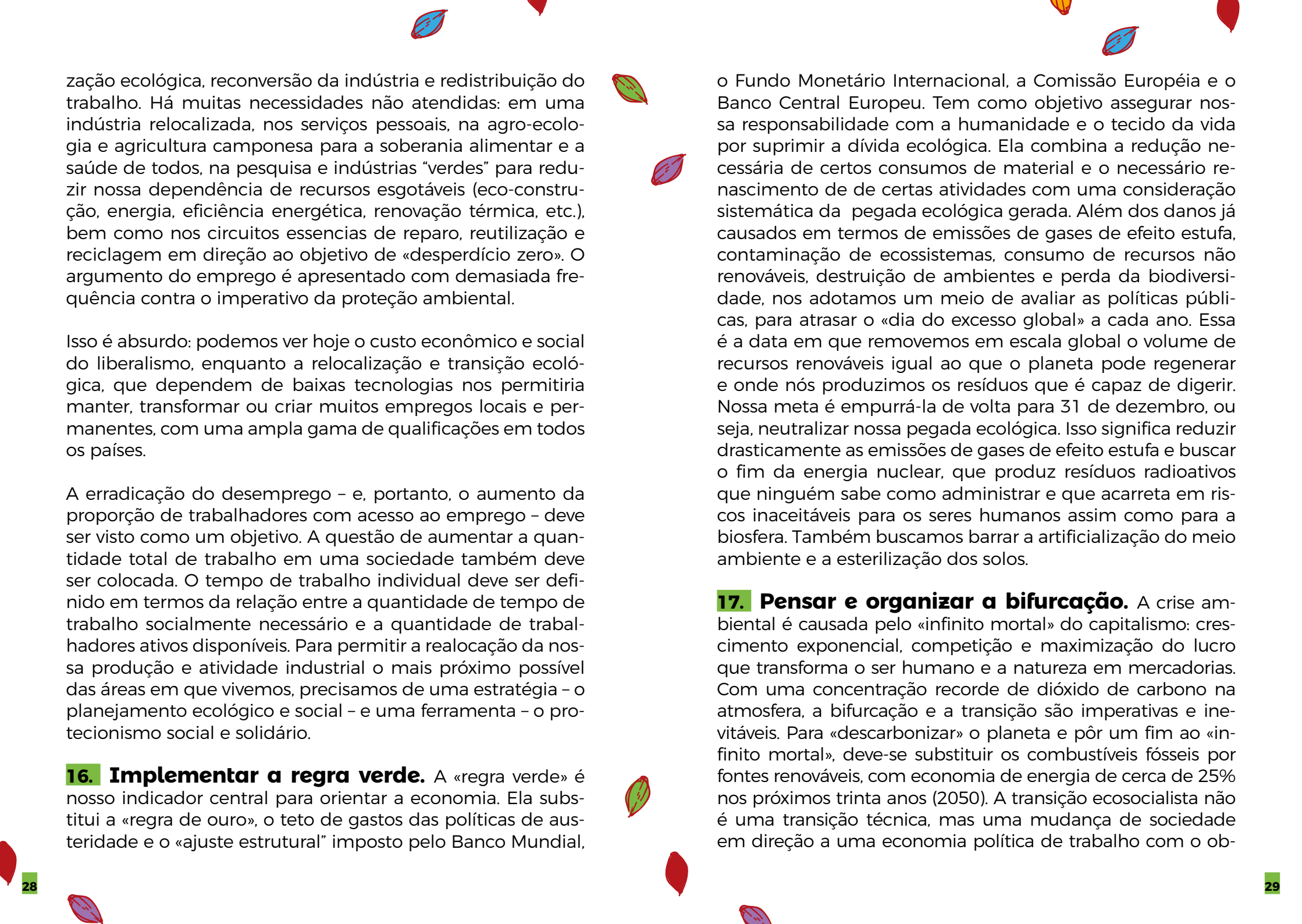
Esse é o significado do planejamento ecológico. Tal lógica é baseada nas necessidades, no dever de preservar o ecossistema global e no direito de todas as pessoas de viver em um ambiente saudável. O sistema de produção deve estar alinhado a esses imperativos.

## 14. Rompendo com o pensamento tradicional.

O ecosocialismo desafia a ditadura dos interesses particulares e propriedade privada dos meios de produção. Ele questiona a relação de trabalho. Nós defendemos a apropriação social dos meios de produção e posições alternativas da economia social e solidária em termos de autogestão e cooperativas. Nos opomos aos contínuos ataques às conquistas sociais, sistemas de proteção social, direito do trabalho, bem como novas formas de exploração e precariedade através de plataformas e uso do status de auto-empresendedor. Defendemos a extensão dos direitos sociais e das formas de socialização. Defendemos a soberania orçamentária e nacionalização como uma ferramenta de política pública para garantir o interesse geral, especialmente no campo de serviços bancários e de crédito. Índice de progresso humano, desglobalização e protecionismo social e ecológico, renda básica, salários socializados, e uma renda máxima autorizada são as perspectivas que temos em mente para sair dos trilhos do sistema, evitando a armadilha de acompanhar-lo.

Devemos também ir mais longe em termos de reduzir drasticamente o horário de trabalho: «trabalhar menos para trabalhar melhor», estabelecendo o pleno emprego como horizonte enquanto questionamos os objetivos do trabalho. Não há sentido em trabalhar mais do que o tempo útil para produzir o que precisamos. O tempo porventura liberado poderia ser utilmente alocado para atividades consideradas hoje como «improdutivas» e, no entanto, tão essenciais para a vida. O ecosocialismo privilegia o valor de uso sobre o valor de mercado e rejeita a mercantilização da vida, a redução da vida aos «serviços ecossistêmicos», bem como a noção de «compensação por danos feitos aos ecossistemas».

**15. Produzindo de forma diferente.** A revisão profunda do nosso sistema de produção é baseado no que chamamos de os «4Rs»: relocação de atividade, reindustriali-



zação ecológica, reconversão da indústria e redistribuição do trabalho. Há muitas necessidades não atendidas: em uma indústria realocada, nos serviços pessoais, na agro-ecologia e agricultura camponesa para a soberania alimentar e a saúde de todos, na pesquisa e indústrias “verdes” para reduzir nossa dependência de recursos esgotáveis (eco-construção, energia, eficiência energética, renovação térmica, etc.), bem como nos circuitos essenciais de reparo, reutilização e reciclagem em direção ao objetivo de «desperdício zero». O argumento do emprego é apresentado com demasiada frequência contra o imperativo da proteção ambiental.

Isso é absurdo: podemos ver hoje o custo econômico e social do liberalismo, enquanto a realocação e transição ecológica, que dependem de baixas tecnologias nos permitiria manter, transformar ou criar muitos empregos locais e permanentes, com uma ampla gama de qualificações em todos os países.

A erradicação do desemprego – e, portanto, o aumento da proporção de trabalhadores com acesso ao emprego – deve ser visto como um objetivo. A questão de aumentar a quantidade total de trabalho em uma sociedade também deve ser colocada. O tempo de trabalho individual deve ser definido em termos da relação entre a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário e a quantidade de trabalhadores ativos disponíveis. Para permitir a realocação da nossa produção e atividade industrial o mais próximo possível das áreas em que vivemos, precisamos de uma estratégia – o planejamento ecológico e social – e uma ferramenta – o protecionismo social e solidário.

**16. Implementar a regra verde.** A «regra verde» é nosso indicador central para orientar a economia. Ela substitui a «regra de ouro», o teto de gastos das políticas de austeridade e o «ajuste estrutural» imposto pelo Banco Mundial,

o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Tem como objetivo assegurar nossa responsabilidade com a humanidade e o tecido da vida por suprimir a dívida ecológica. Ela combina a redução necessária de certos consumos de material e o necessário renascimento de certas atividades com uma consideração sistemática da pegada ecológica gerada. Além dos danos já causados em termos de emissões de gases de efeito estufa, contaminação de ecossistemas, consumo de recursos não renováveis, destruição de ambientes e perda da biodiversidade, nos adotamos um meio de avaliar as políticas públicas, para atrasar o «dia do excesso global» a cada ano. Essa é a data em que removemos em escala global o volume de recursos renováveis igual ao que o planeta pode regenerar e onde nós produzimos os resíduos que é capaz de digerir. Nossa meta é empurrá-la de volta para 31 de dezembro, ou seja, neutralizar nossa pegada ecológica. Isso significa reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa e buscar o fim da energia nuclear, que produz resíduos radioativos que ninguém sabe como administrar e que acarreta em riscos inaceitáveis para os seres humanos assim como para a biosfera. Também buscamos barrar a artificialização do meio ambiente e a esterilização dos solos.

**17. Pensar e organizar a bifurcação.** A crise ambiental é causada pelo «infinito mortal» do capitalismo: crescimento exponencial, competição e maximização do lucro que transforma o ser humano e a natureza em mercadorias. Com uma concentração recorde de dióxido de carbono na atmosfera, a bifurcação e a transição são imperativas e inevitáveis. Para «descarbonizar» o planeta e pôr um fim ao «infinito mortal», deve-se substituir os combustíveis fósseis por fontes renováveis, com economia de energia de cerca de 25% nos próximos trinta anos (2050). A transição ecosocialista não é uma transição técnica, mas uma mudança de sociedade em direção a uma economia política de trabalho com o ob-

jetivo de acabar com o aquecimento global e destruição dos ecossistemas causados pelos gases de efeito estufa (GEE). A bifurcação requer uma ruptura com o capitalismo, ou seja, o controle coletivo dos meios de produção. Essa ruptura tornará possível uma transição, que terá de combinar um conjunto de transformações significativas e progressivas, políticas e econômicas, nos níveis político, econômico e social com a criação de novas instituições. Para conseguir isso, as forças de transformação devem se tornar hegemônicas, capazes de pensar e levar a mudança para a conversão ecosocialista. A bifurcação se concentrará em três «demercadorizações»: trabalho (Artigo 1 da Carta da OIT), a natureza e a moeda serão retiradas do mercado e serão bens comuns. Planejamento democrático, ou seja, um sistema de instituições alternativas aos mercados que determinará a alocação dos recursos disponíveis e será baseada na economia de necessidades. Será também multinível, local, regional e nacional. A transição ocorrerá então com a transição para 100% de energias renováveis e uma reconversão da indústria e agricultura. Soberania e auto-suficiência alimentar são uma exigência, e elas só podem ser pensadas dentro do respeito pelo equilíbrio dos ecossistemas. É necessário então afastar-se do produtivismo agrícola e se aproximar de uma agricultura camponesa, que respeita o solo e a biodiversidade, com base na livre associação de produtores e no desenvolvimento de circuitos de distribuição curtos. Diante das empresas multinacionais agroalimentares ou químicas, a terra deve pertencer àqueles que nela trabalham. A revolução cidadã precisará socializar o que é propriedade comum, ou seja, água, terra, mar, qualidade do ar, educação, cultura e saúde. Bancos, meios de comunicação, transportes e redes de distribuição também devem fazer parte dos bens comuns. Caberá, portanto, às autoridades públicas ter novas alavancas para planejar a bifurcação ecológica, já que a instituição do mercado não a realiza !

## V - Construindo a revolução ecosocialista

## V. Construindo a revolução ecosocialista

**18. As lutas devem convergir.** Nosso objetivo de ruptura civilizacional exige que a ação política seja um trabalho com o maior número de pessoas possível. Trata-se de reunir e agir, não se contentar em ter razão entre convencidos, ou pior, para colocar um contra o outro: estamos com os trabalhadores, as pessoas excluídas do sistema e todos aqueles que resistem e carregam projetos sociais e ambientais alternativos. A reconversão, a transição ecológica e social não será realizada sem eles, e muito menos contra eles. É importante ganhar vitórias para criar um efeito de ondulação, uma dinâmica de envolvimento das bases, que é a única maneira de fazer triunfar a revolução cidadã.

Nossos adversários nessa mudança radical da sociedade certamente não são os pesquisadores, os trabalhadores da indústria ou os agricultores, que, pelo contrário, estão muitas vezes na melhor posição, por causa de suas experiências e suas qualificações, para implementar a transição ecológica. Nossos adversários são os bancos, as empresas multinacionais e os acionistas que dirigem a produção e o consumo de acordo com seus interesses privados e não com o interesse geral. Junto com o movimento dos Coletes Amarelos, dizemos: “fim do mundo, fim do mês, mesma luta». O avanço ecosocialista só pode ser feito com todos aqueles que se levantam contra a injustiça social, cujas causas podem ser encontradas no mesmo sistema que explora os seres humanos e esgota o planeta. Da mesma forma, os protestos e greves pelo clima, as lutas contra os grandes projetos inúteis, as iniciativas de movimentos que reivindicam o uso da desobediência civil, os bloqueios da Amazon atestam uma crescente contestação da lógica do produtivismo. A greve é uma ferramenta política de luta, mas também da conquista de poder e de novos direitos, o que também permite uma

reapropriação de tempo para reflexão. O amplo movimento feminista #MeToo tem colocado a questão da violência e predação do patriarcado sobre os corpos das mulheres, com lutas anti-racistas que estendem a luta pela igualdade. Da mesma forma, promovemos o reconhecimento da orientação sexual e a igualdade de acesso à procriação e adoção em um processo não mercantil. O rompimento com a predação exercida pelo capitalismo no planeta e sobre os trabalhadores exige uma luta comum com aqueles que se levantam contra todas as outras formas de dominação e exploração. O ecosocialismo é incompatível com todas as formas de exclusão, desigualdades com base em deficiência, cor da pele, religião ou origem. As raças não existem. Há apenas uma espécie humana, cujas diferenças a tornam mais rica.

**19. Soberania popular, da Comuna para o Estado.** Devolver o poder ao povo é a palavra de ordem. A participação popular não pode ser reduzida apenas a reuniões eleitorais ou o simulacro de «democracia participativa» que encontramos em cada campanha eleitoral. A reapropriação do tempo político é necessária para a reflexão de cidadãos, permitindo o surgimento de novas idéias e novas implicações. É também um fator na luta contra a abstenção. É uma questão de repensar todo o sistema político para construir um espaço verdadeiramente libertador onde todos os cidadãos tenham a oportunidade de formar uma opinião informada e participar das decisões com os representantes eleitos de forma permanente. Os cidadãos precisam de mídia independente, práticas de educação popular e do sistema educacional. Em paralelo, as ferramentas institucionais devem permitir a iniciativa, expressão e controle popular (referendo de iniciativa popular, revogabilidade dos representantes eleitos, esclarecimento da noção de mandato, transparência, acesso a assembléias). Essas exigências também estavam presentes no movimento dos Coletes Amarelos. Seguindo essa linha, a VI República é uma necessidade através da Constituinte. Nosso projeto político requer a redistribuição, a cooperação e solidariedade entre

os diferentes territórios da República, em oposição à concorrência e à competição. O municipalismo e o comunalismo foram ilustrados no mundo com experiências em Chiapas, Rojava, Venezuela, Índia ou Espanha. Portanto, reafirmamos nosso compromisso com a Comuna como a célula base revolucionária da República. Os órgãos supra-comunitários (intermunicipalidades, metrópoles) que confiscam a democracia e concentram a tomada de decisões, as verbas públicas e o controle público devem ser abolidos. O princípio de comunas livremente associadas em uma mutualização livre é nosso objetivo. O nível local é crucial na construção da democracia, e ainda é estrangulado por políticas de austeridade. Sob o pretexto de «atratividade dos territórios», as últimas etapas da descentralização servem para fazer com que as autoridades locais concorram entre si. Eles recriam barões locais que querem se emancipar no quadro legislativo nacional. O ecosocialismo é baseado no projeto republicano e em seus princípios de liberdade, igualdade e de fraternidade. Como uma luta pelo interesse geral, implica a soberania do povo como um princípio de tomada de decisão nos diferentes níveis políticos. Queremos que o povo tome o poder e reapropriar-se dos bens comuns, da base até o topo.

**20. Lutar e resistir para inventar.** O ecosocialista combina propostas programáticas com uma presença em lutas sociais e ambientais, ao lado de todos aqueles que resistem. Ele também combina várias escalas: o incentivo e o desenvolvimento de iniciativas locais que participam da implementação da transição ecológica e social nos territórios, bem como coordenação necessária nos âmbitos regional e nacional através de uma política de planejamento ecológico e social. Os cidadãos comprometidos com esse projeto estão envolvidos no desenvolvimento de experimentos e alternativas concretas: circuitos curtos agroalimentares, associações para a manutenção da agricultura camponesa, apoio a cinturões e culturas alimentares e ações contra a artificialização

da terra, coletivos de cidades em transição, criação de cooperativas pelos trabalhadores, moedas locais complementares, sistemas de trocas locais, poupança cidadã, habitação coletiva e caronas solidárias. Eles são ativos em ações de desobediência cívica não violenta, ocupações de ZADs (zonas a serem defendidas), operações anti-propaganda, ou requisição de moradia vazia. Os representantes eleitos do povo para o projeto eco-socialista estão comprometidos com uma abordagem coerente entre seus discursos e suas ações. Eles fazem a esquerda viver pelo exemplo, implementando radicalidades concretas, como o retorno à gestão pública de bens comuns, serviços públicos gratuitos, terrenos agrícolas urbanos, ou medidas para proibir a propaganda.

**21. Rumo a uma sociedade de ajuda mútua, autogestão e compartilhamento de bens comuns.** Os bens comuns devem ser compartilhados com base no acesso igualitário. Acesso de todos à água, energia, ar respirável, mobilidade, educação, saúde, cultura, paz... isso é central para o projeto ecosocialista. Hoje, a gestão desses bens é cada vez menos assegurada pelas autoridades públicas. O capitalismo neoliberal está desenvolvendo em grande velocidade a mercantilização de bens comuns para o benefício dos acionistas e oligarquias. Ao mesmo tempo comunidades de atores, muitas vezes sob a forma de cooperativas e coletivos autogerenciados, estão se encarregando desses bens comuns. A aquisição de empresas em cooperativas, como a ex-Fralib, demonstram que uma vitória sobre uma empresa multinacional como a Unilever é possível, no entanto, a empresa multinacional usa todos os seus recursos para evitar que uma cooperativa controle o mercado. Isso também prova que a atividade econômica pode ser desenvolvida independentemente de acionistas e se tornar sistematicamente um serviço comum. As iniciativas de solidariedade estão se desenvolvendo, particularmente em bairros da classe trabalhadora e notadamente na área de apoio alimentar a

partir de uma proposta horizontal de compartilhamento, e não com um espírito caridoso de «ajudar os pobres». Isso está dentro do mesmo espírito que as cooperativas alimentares e as associações de bairro agem em benefício dos cidadãos e não do capital. Essas alternativas concretas não permitem, por si só, superar o capitalismo para construir uma sociedade eco-socialista. Em um espírito de educação popular e emancipação eles têm um papel a desempenhar. Após o fracasso do socialismo burocrático centralizado e a destruição dos serviços públicos por sucessivos governos, muitas vezes social-democratas, a reconstrução dos serviços públicos é uma prioridade.

Vamos restabelecer os serviços públicos comuns. Sua transformação deve permitir a participação conjunta de usuários, funcionários e autoridades locais nas decisões sobre o funcionamento e a definição das necessidades, tanto a nível local como nacional. É um novo sistema nacional de regulamentação e orientação que pretende garantir a igualdade dos territórios e a articulação das estruturas, em todos os níveis.

Em perspectiva, toda a atividade econômica não será mais voltada para o lucro, mas para o bem-estar e iso será de responsabilidade das comunidade. Qualquer propósito de produção será pensado, numa diversidade sempre necessária, como sendo de interesse geral, social e ecológico.

## **22. Implementar o planejamento ecológico.**

O planejamento ecológico requer que levemos em conta um longo prazo de concretização e domínio público que estaria sob controle de cidadãos, trabalhadores e usuários.

O problema não é a indústria, a agricultura, a pesquisa ou tecnologia em si, mas a falta de escolha e de controle cidadão. Uma revolução cidadã é necessária para ganhar essa capacidade de controle. Tal é a mistura explosiva de utopia

revolucionária e tecnicidade a que aspiramos. As escolhas tecnológicas são o resultado das relações sociais de produção.

A baixa tecnologia tem a vantagem de ser mais facilmente apropriada pelo maior número de pessoas. Ela contribui, assim, para a emergência da soberania popular em escolhas tecnológicas. O Plano Ecológico dá a possibilidade de organizar a bifurcação em direção a outro modo de desenvolvimento, questionando nossas necessidades e reorientando a produção, os serviços, as trocas e o consumo em função de sua utilidade social e ecológica. O setor da pesquisa deve se reorganizar em torno do interesse geral e das necessidades reais, e inventar novas formas de participação através, por exemplo, de convenções de cidadãos. A escola pública, através do ensino profissional, tecnológico e geral, deve organizar a elevação do conhecimento e qualificações em todas as idades, a fim de alcançar essa bifurcação e trazer à tona novas filiais. A lógica dos serviços e dos grandes eventos também deve ser repensada, como o turismo de massa, cruzeiros ou os Jogos Olímpicos, que em sua forma atual são mais uma celebração dos patrocinadores do que do próprio esporte. A interseção da produção, distribuição e consumo no setor de «logística» (transporte de mercadorias, entregas na Amazon, Deliveroo, etc.) acompanhada pela precariedade exigirá a máxima vigilância. As «conferências de participação popular» devem ser organizadas para redefinir os critérios de utilidade social e ambiental e a articulação entre os diferentes níveis, desde as políticas europeias até as ações locais.

O planejamento ecológico organiza a intervenção contínua dos trabalhadores, de funcionários na gestão de empresas, na esteira da crescente convergência das lutas sociais e ambientais.

### **23. Não há igualdade e república social possíveis sem uma Assembléia Constituinte !**

Nós afirmamos a exigência de um alto nível de cultura comum através da escola pública. Caso contrário, como podemos tornar possível a emancipação individual e coletiva, a única forma de consentir a um contrato social compartilhado por todos? O projeto eco-socialista reafirma o papel do Estado, da coletividade e dos serviços públicos, que são indispensáveis para planejar a ruptura, construir uma sociedade emancipadora, reconectar-se com a natureza e garantir a igualdade de acesso aos direitos fundamentais para todos, em todos os lugares.

As instituições devem ser refundadas por meio de uma assembléia constituinte. Esta assembléia deve renovar completamente as formas institucionais e estabelecer os meios democráticos que tornarão possíveis o envolvimento permanente dos cidadãos e a soberania popular em todas as áreas. Depende do povo para reescrever coletivamente as regras republicanas, pois a tarefa revolucionária é imensa. Nós apoiamos de fato a implementação de um “cuidado territorial” para reduzir a expansão urbana, a concentração da população em megacidades e a competição entre os territórios. Estamos em campanha por um novo urbanismo que reúne as funções essenciais para «viver bem» (serviços de saúde pública e educação, moradia, atividade profissional e atividades de lazer, biodiversidade, agricultura camponesa).

Recusamos a mercantilização da vida e os OGMs, assim como a financeirização de bens comuns, tais como água, energia e conhecimento, e a privatização de serviços públicos. Estes devem ser administrados publicamente, repensando a relação entre o Estado, garantia de igualdade, autoridades locais e a ação dos cidadãos, sindicatos, associações e usuários. A comuna é o nível revolucionário básico,

entendido não como um território a ser administrado, mas como a comunidade estabelecida para decidir sobre bens comuns. Municipalismo, comunalismo, ou a República das comunas, soberania comunal e auto-organização local são os pilares do processo da revolução cidadã, especialmente para que nosso projeto de constituição, além da questão institucional, esteja aberto aos valores e direitos ecológicos, sociais e democráticos. É uma questão de dar substância aos princípios republicanos.

### **24. Quebrar o cadeado dos tratados liberais.**

Em escala global, denunciaremos os acordos promovidos pela Organização Mundial do Comércio, acordos de livre comércio e de parceria econômica que contribuam para o esgotamento dos recursos naturais, exploração dos povos do Sul e o dumping social nos países desenvolvidos. Novas regras para o comércio internacional são essenciais para limitar as importações de produtos que não respeitam as condições de produção compatíveis com a salvaguarda dos ecossistemas e com respeito aos direitos sociais e democráticos fundamentais. Da mesma forma, a realocação de muitas atividades agrícolas e industriais é um dos pontos fundamentais da transição ecológica. Estados e blocos regionais devem proteger seus mercados com esse objetivo. Esse é o conteúdo do protecionismo solidário. Processo judicial e sanções contra empresas multinacionais que, em todos os processos de produção, incluindo a terceirização, não respeitam direitos sociais fundamentais, destroem o meio ambiente e esquivam de suas obrigações fiscais, utilizando os denominados paraísos fiscais. Os mecanismos de cooperação internacional devem ser reforçados para a preservação dos ecossistemas, a luta contra a mudança climática, a saúde pública, a luta contra as pandemias e a segurança alimentar, todos objetivos que devem servir de estrutura para acordos internacionais. A referência à «Carta de Havana» é muito importante. Ela se baseia na cooperação entre os povos, e deve ser atualizada. É um objetivo que devemos levantar em

todos os nossos contatos internacionais. Como a maior área econômica do mundo, o desenvolvimento da União Europeia envolve todo o planeta. Sua política liberal está trancada pelos tratados atuais e planos de austeridade. Estabelecido sob a direção dos grupos de interesse econômico e financeiro, todos eles têm em comum o fato de preverem o desaparecimento dos serviços públicos, a extensão do domínio comercial e do livre comércio. Este causa tanto o desperdício, devido à concorrência mercantil, como a destruição de serviços públicos e bens comuns em benefício de interesses privados. A Europa liberal e austera impede também o controle e a orientação do conteúdo da produção e o comércio em direção ao progresso humano. Nessas condições, assumimos que uma política ecosocialista na Europa exige desobediência à Europa liberal e suas diretrizes. Para tanto, é necessário construir outras relações de poder entre os cidadãos, o poder do setor financeiro e aquele das instituições antidemocráticas da União Europeia.

Alternativas à atual União Europeia são possíveis na forma do plano A (condições democráticas, sociais e financeiras para alterar os tratados) e/ou rupturas e novos blocos entre países na forma do plano B.

## **25. Uma luta internacionalista e universalista.**

Há apenas um ecossistema que é compatível com a vida humana, mas há diferentes maneiras de destruí-lo levando em consideração os continentes. Devemos tirar as consequências em todas as áreas. As decisões tomadas em um lugar no planeta têm repercussões em todos os outros lugares. A conquista do mundo pelo capitalismo, nascido na Europa, foi transportado pelo imperialismo e a colonização. O projeto ecosocialista implica o reconhecimento da responsabilidade dos chamados países do Norte, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para os povos do Sul. O Ecosocialismo é universalista e humanista. Promove

uma recepção para exilados na altura da dignidade e decência de todo ser humano, e dá um novo significado ao conceito de hospitalidade. Novas formas de colonialismo estão em ação em nome do produtivismo e da divisão internacional do trabalho. A competição é organizada no lugar da cooperação. Ela se reflete no produtivismo e seus efeitos sobre o clima no planeta, a destruição da biodiversidade e o saque de recursos naturais, a apropriação de terras aráveis, um turismo que escraviza as pessoas e destrói a biodiversidade, ou a austeridade imposta por instituições internacionais. O ecosocialismo exige o reconhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a criação de um Tribunal Internacional para Crimes contra o meio ambiente. O ecosocialismo exige que contribuamos para alternativas que integram em uma mesma dinâmica o acesso dos povos ao bem-viver e ao respeito pelo tecido da vida. A lógica do protecionismo solidário é permitir a recolocação da economia em todos os lugares, tanto no Sul como no Norte, com o objetivo de fortalecer a soberania dos povos e a cooperação. Para tanto, apoiamos e nos inspiramos em alternativas no exterior: revoluções e insurreições de cidadãos em muitos países do Magrebe, do Oriente Médio, do Sudão e da Guiné, além do movimento dos camponeses sem-terra, a experiência democrática da Rojava, experiências ou demandas para assembleias constituintes na Islândia, Venezuela e Chile, a iniciativa Yasuni ITT para deixar o petróleo no subsolo do Equador... O conhecimento, a experiência e métodos adquiridos nessas situações devem ser capazes de convergir.

O projeto ecosocialista deve ser apoiado por um fórum mundial que o torne o objetivo da revolução cidadã de nosso tempo. O ecosocialismo rima com internacionalismo: é nessa escala que devemos pensar, agir e coordenar.

**26. Liderando a revolução cidadã para o eco-socialismo.** Dado o alcance de seu objetivo, o questionamento do modelo produtivista capitalista não pode resultar de uma simples alternância eleitoral e decisões vindas de cima. Implica uma revisão radical das instituições, incluindo representação proporcional, paridade, a não acumulação de mandatos, permitindo que as pessoas estejam efetivamente representadas em todas as suas características, e o controle popular sobre os objetivos e a organização da produção. É uma questão de fazer a oligarquia de réfem e garantir, em todas as circunstâncias, a soberania do povo através de uma verdadeira democracia. Isto requer alianças políticas e cidadãs que combinam sua ação com movimentos de envolvimento popular em todas as áreas da vida social.

Esse é o significado da fórmula «federação popular». Essa reapropriação da iniciativa política e cívica por parte de cada mulher e homem, com o objetivo de determinar em todos os lugares e sobre todos os assuntos qual é o interesse geral, é o que chamamos de revolução cidadã. É uma revolução porque propõe mudar as formas de propriedade, o sistema institucional e a hierarquia das normas jurídicas, sociais e ambientais que organizam a sociedade e a economia. É um movimento de cidadãos, porque quer dar poder a todos, não para o interesse de uma categoria social particular, mas para o bem de todos os seres humanos, e porque se dá de formas institucionais e se submete ao sufrágio universal, dentro do pluralismo político. Recusamo-nos a deixar o desespero e a raiva tombar para o lado do ódio. Tampouco uma vanguarda iluminada, nem a ditadura verde, nem a retirada étnica, nós defendemos o caminho democrático da revolução cidadã. O povo não é o problema, ele é a solução. O pior dano da atual crise sem precedentes do capitalismo seria que a humanidade fosse incapaz de abrir caminho para outro futuro.

O ecosocialismo pode ser esse futuro. Que floresça !

*Quiero que la gran mayoría, la única mayoría, todos, puedan hablar, leer, escuchar, florecer. No entendí nunca la lucha sino para que ésta termine. No entendí nunca el juntos, el rigor, sino para que el rigor no exista. He tomado un camino porque creo que ese camino nos lleva a todos a esa amabilidad duradera. Lucho por esa bondad ubicua, extensa, inexhaustible.*

Pablo Neruda, Obras completas, Círculo de Lectores & Galaxia Gutenberg, Barcelona, 1999 – 2002, Tomo V

*Quero que a grande maioria, a única maioria, todos, possam falar, ler, escutar, florescer.*

*Nunca entendi a luta senão para que esta termine. Nunca entendi o rigor senão para que o rigor não exista.*

*Tomei um caminho porque acredito que esse caminho nos leva, a todos, a essa amabilidade duradoura.*

*Luto por essa bondade ubíqua, extensa, inesgotável.*

Pablo Neruda, poeta chileno (Confesso que vivi, 1974)

# ÉCO SOC IALI SMO



Parti de  
**Gauche**

2€



Imprimé sur papier recyclé

Impression Grenier

© Pellicam